



XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã

de 08 a 10 de outubro 2025
Universidade Federal do Tocantins

EDUCOMUNICAÇÃO E PROTAGONISMO PERIFÉRICO:

experiências cidadãs em duas rádios comunitárias paraenses como resposta à crise climática¹

Rodolfo Silva Marques – Universidade da Amazônia (UNAMA)

RESUMO

Este trabalho investiga o papel das rádios comunitárias como ferramentas educacionais e estratégias cidadãs frente às crises climáticas em territórios periféricos. Analisa experiências em duas rádios comunitárias de áreas urbanas vulnerabilizadas em Belém-PA – “Belém FM” e “Onda Livre”, buscando compreender como suas práticas comunicacionais promovem educação ambiental e articulações sociais em defesa do território. A metodologia traz entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Os referenciais incluem Acselrad, Herculano e Pádua (2004), Peruzzo (2013 e 2022); Brock e Malerba (2017); e Soares (2011). Os resultados evidenciam como as rádios comunitárias podem funcionar como espaços de resistência, formação cidadã e mobilização ecológica.

PALAVRAS-CHAVE: rádios comunitárias; ferramentas educacionais; educação ambiental.

1 INTRODUÇÃO

As crises climáticas aprofundam desigualdades, afetando mais populações marginalizadas. Rádios comunitárias nesses territórios atuam como espaços de resistência, articulando saberes populares e fortalecendo a luta por direitos diante dos desafios ecológicos.

O presente trabalho propõe discutir o papel da educação (Soares, 2011), entendida como processo pedagógico dialógico e participativo, no fortalecimento do protagonismo de comunidades periféricas na defesa do meio ambiente e no enfrentamento das crises climáticas. Em especial, observa-se como práticas comunicacionais dessas rádios possibilitam a circulação de saberes locais, o fortalecimento de vínculos comunitários e a formação de consciência crítica sobre questões ecológicas e territoriais.

A problemática que norteia esta pesquisa é: como rádios comunitárias, organizadas por populações sub-representadas, contribuem para a educação ambiental crítica e a mobilização social diante da crise climática? Parte-se da hipótese de que essas mídias, mesmo operando em condições precárias, constituem práticas cidadãs de comunicação que promovem justiça ambiental e fortalecem a autonomia dos territórios.

O objetivo geral é analisar experiências de rádios comunitárias que atuam com educação ambiental em contextos de vulnerabilidade socioambiental, destacando suas contribuições para a formação

¹ Trabalho apresentado no GT4 – Práticas profissionais e formação cidadã em Comunicação, da **XIX Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2025**, realizada de 08 a 10 de outubro de 2025, na Universidade Federal do Tocantins, Palmas-TO.

cidadã e o enfrentamento das mudanças climáticas. Especificamente, busca-se: (a) identificar as estratégias comunicacionais utilizadas para abordar temas ambientais; (b) compreender como os conteúdos são produzidos e mobilizados pelas comunidades; e (c) discutir os impactos dessas práticas na construção de uma consciência crítica e ecológica.

A justificativa desta pesquisa está ancorada na necessidade de valorizar e visibilizar práticas comunicacionais contra-hegemônicas que, além de informar, educam, organizam e resistem. Em tempos de emergência climática, reconhecer o papel das rádios comunitárias como instrumentos de cidadania ambiental é contribuir para um campo comunicacional comprometido com os interesses públicos e coletivos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio do método de estudo de caso múltiplo. Foram selecionadas duas rádios comunitárias (Belém FM e Onda Livre) localizadas em bairros periféricos de Belém-PA, cujos projetos incluem ações de educação ambiental e mobilização comunitária frente a problemas como alagamentos, despejo irregular de lixo e acesso à água.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelas duas emissoras comunitárias. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo, buscando identificar categorias relacionadas à educação ambiental, mobilização social e protagonismo comunitário.

A metodologia adotada permite captar a complexidade das experiências e compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas comunicacionais e às ações de resistência ecológica em curso.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho se apoia em uma articulação teórica entre os campos da educomunicação (Soares, 2011), comunicação comunitária (Peruzzo, 2013) e justiça ambiental (Acselrad, Herculano e Pádua, 2004). A educomunicação, conforme delineada por Soares (2011), propõe uma comunicação pedagógica, participativa e horizontal, que reconhece os sujeitos como protagonistas do processo educativo e comunicativo. Essa abordagem é central para compreender as práticas das rádios comunitárias investigadas.

No campo da comunicação popular e comunitária, as contribuições de Peruzzo (2013, 2022) são fundamentais para situar essas rádios como ferramentas de emancipação, construção de cidadania e luta por direitos em contextos periféricos. Para a autora, a comunicação comunitária é construída coletivamente, centrada na vivência dos grupos sociais e na busca por transformação social.

As rádios comunitárias, ao articularem narrativas locais sobre o ambiente, operam como instrumentos contra-hegemônicos que tensionam o discurso técnico-científico dominante.

A análise também evidencia a pedagogia da escuta e o reconhecimento do conhecimento popular como forma válida e necessária de leitura do mundo. A produção radiofônica das comunidades, nesse sentido, pode ser compreendida como expressão de uma educação libertadora, ambiental e comunicativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou que ambas as rádios comunitárias desenvolvem práticas sistemáticas de educação ambiental, integrando o saber técnico ao conhecimento popular. Foram identificados programas dedicados a questões como saneamento básico, arborização urbana, consumo sustentável e impactos das mudanças climáticas nos territórios.

Os comunicadores entrevistados relataram que a escolha das pautas ambientais parte de demandas cotidianas da comunidade, como enchentes e proliferação de doenças. Os conteúdos são produzidos com linguagem acessível e com participação ativa dos moradores, inclusive em quadros interativos e programas de entrevista.

Além disso, as rádios atuam como espaços de formação política, incentivando a organização de coletivos ambientais, campanhas locais e articulação com instituições públicas. Os resultados apontam que, mesmo sem recursos estáveis, as rádios funcionam como mediadoras entre a população e o poder público, fortalecendo o sentimento de pertencimento e defesa do território.

A educomunicação (Soares, 2011), nesse contexto, emerge como estratégia de ressignificação dos espaços comunicacionais, ampliando a noção de direito à comunicação e à cidade, conforme defendido por autores como Peruzzo (2013, 2022); Acselrad, Herculano e Pádua (2004); e Brock e Malerba (2017).

Nesse sentido, a abordagem da educomunicação se articula com a noção de pedagogia da comunicação popular (Peruzzo, 2022), que enfatiza os processos formativos presentes nas práticas comunicacionais oriundas dos movimentos sociais. Tal perspectiva valoriza a experiência concreta das comunidades, destacando a comunicação como prática educativa emancipadora. Nas rádios comunitárias analisadas, essa pedagogia se manifesta não apenas nos conteúdos produzidos, mas na própria dinâmica organizativa dos veículos, marcada pela horizontalidade, pelo compartilhamento de saberes e pela construção coletiva do discurso ambiental. Essa dimensão educativa da comunicação reforça o papel das rádios como espaços de aprendizado mútuo, protagonismo e fortalecimento da cidadania ambiental em territórios periféricos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia o papel das rádios comunitárias como espaços educacionais que articulam saberes populares, mobilização social e resistência ecológica. Ao promoverem práticas de educação ambiental crítica e participativa, essas rádios contribuem para a formação cidadã e para a construção de alternativas comunitárias às crises climáticas. Como prospecção, propõe-se a ampliação de políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dessas mídias e o aprofundamento de estudos que analisem sua atuação em contextos rurais e indígenas.

Diante da centralidade das rádios comunitárias como espaços de resistência e formação política em contextos de crise climática, é fundamental reconhecer sua legitimidade como agentes de transformação social. Assim, torna-se urgente o fortalecimento institucional dessas mídias, por meio de marcos regulatórios mais justos, financiamento público adequado e políticas de apoio técnico-formativo, de modo que sua atuação não dependa exclusivamente da militância voluntária e continue a contribuir de forma ativa para a justiça climática e a democratização da comunicação.

Referências

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo. **Rádios comunitárias em tempos digitais: reflexões sobre as transformações**. São Paulo: Lamar, 2017.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 2, n. 2, p. 205–228, 2013. DOI: 10.5216/c&i.v2i2.22855. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22855>. Acesso em: 3 ago. 2025.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.